

A TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A FRONTEIRA SUL DE MATO GROSSO DO SUL

Rafael Gonçalves Gumiero¹

Resumo: O objeto deste artigo é as sub-regiões de fronteira, Grande Dourados e Fronteira Sul do estado de Mato Grosso do Sul e a concepção de desenvolvimento dos planos e programas do governo federal e estadual. Este território, desde o ano de 1943, a partir da implementação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), foi alvo de sucessivos programas para o crescimento econômico sob a tutela da SUDECO e do Ministério do Interior. Por outro lado, a política social foi marginalizada e ocupou pouco espaço na agenda do Estado desenvolvimentista, o que resultou em um quadro de vulnerabilidade social ao final dos anos 1980. Após o período de 1990 a 2002 de contingenciamento de política de desenvolvimento regional, o governo Lula retomou a questão regional sob o binômio inclusão social e a participação popular nos fóruns deliberativos, implementados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O objetivo deste artigo é apresentar a mudança do repertório sobre desenvolvimento regional sob dois movimentos de análise: o primeiro, apresentar a regionalização empreendida pela PNDR e as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) para desenvolvimento territorial das sub-regiões de fronteira Grande Dourados e Fronteira Sul; segundo comparar com a regionalização da Semade do estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia aplicada foi analisar o discurso institucional do governo federal pelos planos PDCO e PDFF, e o do governo estadual de Mato Grosso do Sul, pelo documento *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*.

Palavras chaves: desigualdades regionais; PNDR; Grande Dourados; Fronteira Sul.

THE REGIONAL DEVELOPMENT POLICY TRAJECTORY FOR SOUTH FRONTIER OF MATO GROSSO DO SUL

Abstract: The objective of this article is the border subregions, Grande Dourados and Southern Border of the state of Mato Grosso do Sul and the conception of development of plans and programs of the federal and state government. Since 1943, since the implementation of the National Agricultural Colony of Dourados (NACD), this territory has undergone successive programs for economic growth under the auspices of SUDECO and the Ministry of the Interior. On the other hand, social policy was marginalized and occupied little space on the agenda of the developmentalist State, which resulted in a social vulnerability framework at the end of the 1980s. After the period from 1990 to 2002 of regional development policy contingency, the Lula government took up the regional issue under the binomial social inclusion and popular participation in the deliberative forums, implemented by the National Policy of Regional Development (NPRD). The objective of this article is to present the change of the repertoire on regional development under two analysis movements: the first, to present the regionalization undertaken by the NPRD and the guidelines of the Strategic Development Plan of the Center-West (SDPC) and the Border Strip Development Plan (BSDP) for the territorial development of the Grande Dourados and Southern Frontier border subregions; second, compare with the regionalization of Semade of the state of Mato Grosso do Sul. The methodology applied was to analyze the institutional discourse of the federal government by the SDPC and BSDP plans, and the state government of Mato Grosso do Sul, by the document *Territorial Dimension Study of the State of Mato Grosso do Sul: Planning Regions*.

Keywords: regional inequalities; NPRD; Grande Dourados; Fronteira Sul.

¹ Bolsista de Pós Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e membro do Laboratório Interdisciplinar sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Email: gumierocs@yahoo.com.br

1. Introdução

O estado de Mato Grosso do Sul foi instituído em 1977, desmembrado do Mato Grosso. A Secretária do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso do Sul (SEMADE) formulou a regionalização desta unidade federativa em nove Regiões de Planejamento (RPs), orientada pelo critério de divisão por centros urbanos que exercem influência sobre os municípios do seu entorno, estabelecida pela polarização demográfica e econômica, formando polos urbanos regionais. As nove RPs foram divididas em polos: o de Campo Grande, o maior centro urbano e econômico do Estado; Grande Dourados; Bolsão; Cone Sul; Pantanal; Leste; Norte; Sudoeste; e, Sul-fronteira (SEMADE; 2015).

O território de Grande Dourados, apesar de ter sido incorporado ao estado do Mato Grosso do Sul, a partir da constituição desta unidade federativa em 1977, possui uma longa trajetória de planos e programas econômicos instituídos pelo Estado. A sua trajetória pode ser observada a partir do repertório de programas de desenvolvimento regional para promover dinâmica econômica e enfrentar as desigualdades regionais. Podemos compreender esta trajetória em 4 diferentes fases de programas para o desenvolvimento regional: 1) processo de colonização e formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), 1943-1969; 2) a expansão da fronteira agrícola e incentivos fiscais para implementação de indústrias que subsidiaram a agroindústria, 1970-1989; 3) a guerra fiscal entre as unidades federativas e o vazio de programas de desenvolvimento regional do governo federal, 1990-2002; 4) retomada da questão regional pelo governo federal sob a racionalidade do planejamento, priorizando o binômio programas de crescimento econômico e de inclusão social, 2003-2014.

O objeto de estudo deste artigo são as RPs: Grande Dourados, considerada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste² (SUDECO) como território estratégico; Fronteira Sul instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como estratégica e com altos índices de vulnerabilidades sociais. Ambas formam a faixa de fronteira sul do Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

A Região Planejamento de Grande Dourados foi formada por onze municípios: Dourados, município central do território devido ao seu dinamismo econômico, Maracajú, Rio Brillante, Itaporã, Douradina, Deodápolis, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Caarapó, Vicentina, Jateí. A Região de Planejamento da Fronteira Sul foi formada pelos

² A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) foi criada pela Lei nº. 5.365, de 1º de dezembro de 1967.

municípios Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Tacuru. Essas sub-regiões formam a faixa fronteira sul de Mato Grosso do Sul (SEMADE, 2015).

Os programas de desenvolvimento regional do governo federal para o Mato Grosso do Sul ao longo do seu histórico de atuação, de 1945 a 2014, sofreram diferentes inflexões em sua orientação teórica e interpretação de desenvolvimento, que desdobrou em ações no território. No período desenvolvimentista, de 1930 a 1980, a matriz produtiva assumiu a conotação de desenvolvimento e os avanços na área social foram *ex-post* aos resultados econômicos. A partir de 2003, na gestão Lula, manteve as medidas para o crescimento econômico, concomitantemente com a guinada da agenda social, como inclusão social, distribuição de renda, ações afirmativas para população historicamente marginalizada do acesso aos direitos, como os negros, etnias indígenas, o que colaborou para expansão do repertório do conceito de desenvolvimento nas políticas públicas do governo federal.

Por conta da circulação de ideias que influenciaram as políticas públicas, é apresentado como hipótese deste artigo, que os planos regionais do governo federal, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e no caso para a sub-região³ da fronteira sul do Mato Grosso do Sul, os planos Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), ressignificaram o conceito de desenvolvimento, não se limitou ao fomento de investimento para a matriz produtiva, mas a conciliou com a inclusão social, via redistribuição de renda e participação popular em fóruns coletivos, o que reposicionou a política social como prioritária para o desenvolvimento.

O governo federal posicionou as ações dos programas PDCO e PDFF como centrais para as duas Regiões de Planejamento de Mato Grosso do Sul, Grande Dourados e Fronteira Sul, e os seus municípios que integram a faixa de fronteira. O objetivo deste artigo é apresentar a mudança do repertório sobre desenvolvimento regional sob dois movimentos de análise: o primeiro, apresentar a regionalização empreendida pela PNDR e as diretrizes para desenvolvimento territorial da faixa de fronteira dos planos PDCO e PDFF; segundo comparar com a regionalização da Semade do estado de Mato Grosso do Sul.

³ De acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o critério de recorte das Sub-região: qualquer tipo de agrupamento de municípios contíguos, cujas características naturais, manifestações culturais, sociais e econômicas configurem um território claramente identificável e distinguível da região ou espaço geográfico maior onde o mesmo se localize.

A justificativa deste artigo é a de que a faixa de fronteira pouco foi retratada nos programas de desenvolvimento regional dos governos desenvolvimentistas, 1930 a 1980, e após o interregno de 1980 a 2002, deflagrada a guerra fiscal entre as unidades federativas e de paralisação de programas do governo federal para o desenvolvimento regional, a partir de 2003, a questão regional retornou à agenda de políticas públicas do governo federal, apresentando uma nova dimensão para o desenvolvimento, além da do eixo produtivo, a de inclusão social e as iniciativas de fóruns de debates populares para deliberação sobre as demandas territoriais para formação de políticas públicas.

A metodologia aplicada foi da análise do discurso institucional dos planos e programas do governo federal PNDR, PDCO e PDFF para a faixa de fronteira sul do Mato Grosso do Sul e o documento *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*, do Semade. Posteriormente, apresentamos os dados socioeconômicos dos municípios da Grande Dourados e Fronteira Sul.

O artigo está dividido em três tópicos e as considerações finais. O primeiro tópico tratou do histórico de políticas de desenvolvimento regional direcionadas ao Centro-Oeste. O segundo tópico tratou da nova metodologia instituída pela PNDR para a regionalização dos territórios do Brasil e dos planos PDCO e PDFF para a faixa de fronteira, compreendendo as sub-regiões Fronteira Sul e Grande Dourados. O terceiro tópico mobilizou a interpretação de regionalização da Semade do Mato Grosso do Sul.

2. A trajetória de programas para o desenvolvimento regional do Centro-Oeste 1930 a 1980

A primeira fase de políticas para o desenvolvimento regional, 1943-1969, do território de Grande Dourados foi impulsionada pela política de ocupação do Centro-Oeste no governo Vargas, implementada pela Fundação Brasil Central, com o objetivo de integração a economia nacional deste território e do estado de Mato Grosso e formação do mercado interno⁴.

⁴ Para Oliveira (2008), a formação espacial das atividades econômicas do Brasil foi impulsionada pela divisão do trabalho, formando um “arquipélago” povoado por ilhas de dinamismo. A imagem proposta pelo autor é que a definição de região no período da Colônia foi formada por centros especializados na produção de atividade primária e que quase não se ligavam umas com as outras, devido a sua intensa articulação com o comércio exterior. Portanto, o conjunto desses centros produtivos formava as regiões, diferentemente da definição atualmente empreendida e não existia o mercado interno.

Em 1943, surgiu o programa Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de ocupação do território pela população e a formação de atividades econômicas para promover o abastecimento de produtos agrícolas no mercado interno brasileiro. A atividade econômica principal foi a pecuária aliada ao cultivo da agricultura de subsistência, destaque para a erva-mate, borracha, pecacuanha e o açúcar. A produção de grãos, mesmo incipiente nesta fase, se destacou em comparação com os outros produtos da produção da agricultura (PAVÃO, 2005).

Na segunda fase, 1970-1989, o Ministério do Interior (Minter) por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) assumiu como prioridade formular programas regionais para estimular atividades econômicas. A implantação de segmentos produtivos no Centro-Oeste obedeceu à demanda das indústrias do Sudeste. O processo de desconcentração industrial⁵ da região Sudeste gerou efeitos (*linkages*) para esta macrorregião, porém a deixou submissa aos interesses do capital produtivo de fora do Centro-Oeste.

A SUDECO concedeu investimentos balizada pela tese do crescimento setorial⁶, que resultou à pontos focais do Centro Oeste e priorizou as atividades da agroindústria. O crescimento econômico financiado pelo Estado não foi capaz de impulsionar o espraiamento dessas atividades econômicas para os territórios vizinhos, o que proporcionou o crescimento setorial *desigual* em determinados *nichos* produtivos e a dependência do fator criativo e inovador da indústria aos centros de decisões do Sudeste.

Nos anos 1970 a 1990, os programas de desenvolvimento regionais formulados pelo Estado desenvolvimentista direcionados ao território da Grande Dourados foram: o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) sob a tutela da

⁵ Wilson Cano (2007) ensina que no período 1959-70 diminuiu a concentração industrial em São Paulo, ao considerar a indústria de forma agregada. São Paulo perdeu posições na produção do valor industrial principalmente nos segmentos de bens intermediários e em todos os de bens de capital e de consumo durável, ganhando maior posição nos de bens de consumo não-duráveis. As consequências dessa “possível desconcentração” industrial de São Paulo gerou ganho em posições para o Centro-Oeste, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo. Contudo, os programas de desenvolvimento reproduziram o fenômeno de concentração de investimentos em alguns estados, fora São Paulo. Os exemplos ressaltados pelo autor referido foram Bahia e Pernambuco, juntos. Concentraram 65% do total de investimentos incentivados para o Nordeste até 1970.

⁶ Para Oliveira (1959) o discurso da tese do crescimento setorial em países subdesenvolvidos resvala na aplicação de capitais de forma concentrada em locais com melhores infraestruturas, garantindo o retorno do capital investido em forma de lucro. Em sua concepção, a tese do crescimento setorial não cumpriu a sua promessa, de transbordamento dos seus efeitos positivos quase como consequência automática gerada pelos investimentos. Pelo contrário, enalteceu a estrutura de concentração industrial ao induzir os investidores e instituições públicas a seguirem a mesma racionalidade, de investir onde o retorno em forma de lucro do seu dinheiro fosse garantido.

SUDECO; o Programa de Integração Nacional (PIN), inserido no I PND; o Programa Especial de Desenvolvimento da Região de Dourados (PRODEGRAN), o Programa Especial de Desenvolvimento Mato Grosso do Sul (PROSUL), o Programa Especial de Desenvolvimento do Mato Grosso (PROMAT), ambos inseridos no II PND. (ABREU, 2001).

Os programas formulados pela SUDECO e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) supracitados, objetivaram implementar no território de Grande Dourados a expansão agrícola, compreendida como avanço da fronteira agrícola do país. Os anos 1970 e 1980 foram de fundamental importância para a mudança deste território, substituiu a agricultura tradicional, de subsistência e abastecimento do mercado interno local, pela agricultura moderna que aliou a inserção de tecnologia para o seu desenvolvimento, o que contribuiu para a formação de um polo dinâmico. Houve incentivos concedidos pelos programas da Sudeco e dos PNDs para verticalização produtiva e a inserção de unidades industriais, o que colaborou para a inauguração do Distrito Industrial de Dourados, em 1981. A expansão da produção de soja atraiu o capital comercial, o capital agroindustrial, o capital financeiro e este território foi considerado um *celeiro agrícola*, direcionado a produção de grãos às exportações (ABREU, 2001).

O resultado do impacto dos programas desenvolvimentistas no território de Grande Dourados foi a modernização da agricultura, ampliação da plantação de soja, mas principalmente o esvaziamento do campo e o crescimento da urbanização concentrada, rebatendo em efeitos sociais deletérios. A política de incentivos fiscais e infraestrutura foram destinados aos médios e grandes proprietários. A desorganização das pequenas propriedades em detrimento da formação de uma nova estrutura fundiária transformou a ordem produtiva, a agricultura moderna proporcionou um efeito concentrador e excludente, desfavoreceu os trabalhadores rurais e agricultores familiares, colaborou para o fenômeno de migração da população do campo para as cidades. O processo de ocupação atendeu aos interesses do capital mercantil exportador e ignorou a questão social, em particular a democratização da propriedade, formou áreas excluídas da modernização e aglomerações urbanas caracterizadas pela exclusão e pobreza (LEME, 2003).

Na terceira fase, 1990-2002, foi o esvaziamento de investimentos do governo federal e o contingenciamento de programas regionais. Em um primeiro movimento o governo Collor de Melo extinguiu a SUDECO. O Estado desenvolvimentista (já colapsado pelos problemas causados pela crise externa, crise fiscal e inflação) perdeu fôlego e capacidade de induzir investimentos para os programas regionais para o Centro-Oeste e às outras regiões, Nordeste e

Norte. Nesse contexto, determinado pelo endividamento do Estado nacional e da inserção das políticas neoliberais do Consenso de Washington, a solução do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi a estabilização da economia e adoção da cartilha das reformas neoliberais. Na ausência da formulação de uma política para o desenvolvimento regional pelo Estado, foi deflagrada a “guerra fiscal” entre as unidades federativas da União, o que legitimou a insuficiência das experiências de planejamento no Centro-Oeste para reduzir os problemas de assimetrias regionais, principalmente em relação à vulnerabilidade social.

O tratamento concedido pelo governo Fernando Henrique Cardoso se limitou a formular estudos para o desenvolvimento regional da região Centro-Oeste. A Secretária Especial de Políticas Regionais (Sepre) vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento contratou a organização e formulação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região Centro-Oeste (Planoeste), do plano de desenvolvimento para a Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (Ride). O estudo do *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENIDs), foi composto por um portfólio que apresentava oportunidades de investimento no setor de logística para os empresários internacionais, o qual acelerou a “guerra fiscal” entre as unidades federativas. Portanto, no período de 1990 a 2002 a questão das desigualdades regionais foi tratada de maneira secundária, limitada aos relatórios e estudos para estimular os investimentos estrangeiros em pontos estratégicos da economia brasileira. A questão social novamente foi marginalizada pelas ações do Estado (STEINBERGER, 2003).

É possível avaliar por meio deste breve balanço dos programas formulados pela SUDECO e pelo Minter, que a prioridade foi integração da região Centro-Oeste à economia nacional, por intermédio, de investimentos direcionados à agroindústria. Estas instituições posicionaram os programas sociais como secundários e pode ser apontado que elas reproduziram o fenômeno de concentração de investimentos em pontos focais desta macrorregião, no que tange investimentos em infraestrutura, energia e indústrias, em detrimento das demandas sociais da população.

Os censos das décadas de 1970, 1980 e 1990 apresentaram graves problemas da população brasileira, como baixa escolaridade, alta taxa de analfabetismo, péssimos indicadores de saúde, índice de desenvolvimento humano (IDH), índice de GINI, baixo PIB *per capita*, baixa participação política e baixa capacitação da população. O diagnóstico ao final deste período é o de que foram formulados na economia brasileira polos dinâmicos que atenderam às demandas do mercado externo e foram ampliados os déficits sociais. A SUDECO colaborou para o avanço do crescimento econômico no território de Grande

Dourados, o que constituiu em um dos polos econômicos da macrorregião Centro-Oeste, porém, as desigualdades sociais persistiram arraigadas em suas estruturas.

Em 2003, o governo Lula iniciou sua agenda com uma pesada agenda de reivindicações que remete às questões sociais, econômica, das desigualdades regionais, o que requereu do Estado a formulação de programas sociais e econômicos. A quarta fase de políticas de desenvolvimento para o território de Grande Dourados foi nos governos Lula e Dilma Rousseff, 2003-2014, foram adotados novos parâmetros para enfrentar as desigualdades regionais e reposicionou a questão social como central para o desenvolvimento do Brasil. Nessa fase, dois importantes movimentos podem ser constatados a partir do repertório de programas sociais e de desenvolvimento regional formulados pelo governo federal. A *questão social* foi inserida na agenda do Estado com o tratamento pelas políticas sociais democráticas inclusivas, sendo privilegiados a promoção de equidade direcionadas a grupos sociais, identidades e regiões. As políticas de proteção social foram redirecionadas em políticas de promoção social, compreendidas enquanto determinantes para o empoderamento social.

O primeiro movimento do governo federal alinhou os seus programas sociais para a distribuição de renda com inclusão social, deflagrada pelo avanço substancial do Programa Bolsa Família (PBF), Luz para Todos, PAC da Saúde, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Minha Casa Minha Vida (MCMV) e aumento do salário mínimo. Elas foram posicionadas em paralelo aos programas de crescimento econômico, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a crescente utilização de fundos de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Petrobras, entre outros, voltados para o desenvolvimento das regiões brasileiras.

O segundo movimento, o tratamento concedido ao desenvolvimento regional ganhou relevância, e várias ações do governo Lula pareciam mirar a sua retomada. Foram exemplos a reativação da Sudene, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da SUDECO, a promoção de programas mesorregionais pelo governo federal (PROMESO, CONVIVER, PDFF, PDSA) inseridos nos Planos Plurianuais (PPAs) de 2004-2007 e de 2008-2011 e, principalmente, a institucionalização, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

3. A visão multiescalar do território da PNDR e o reposicionamento da sub-região de faixa de fronteira Centro-Sul no eixo do desenvolvimento

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi apresentada em 2003, sendo suas ações direcionadas e combinadas para as desigualdades regionais e sociais, renunciadas pelo lançamento do Programa Fome Zero. Em junho de 2004, a PNDR foi avaliada pelos 21 ministros que compuseram a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Nesse mesmo ano, ela obteve seu mais elevado aval, chancelada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em reunião com o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. A PNDR foi institucionalizada através do Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007, a qual sinalizou lampejos de esperanças para a retomada da questão regional (GALVÃO, 2007).

Inicialmente, a PNDR foi formulada como uma política de governo subjacente às propostas de reativação das Superintendências de Desenvolvimento (Sudam, Sudene e Sudeco), a reorientação do Fundo Constitucional de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE).

A revisão da PNDR⁷ ocorreu por intermédio do diálogo, pela realização de fóruns à nível estadual e federal entre governo federal e as demandas da população, permitiu que a equipe técnica responsável pela segunda versão da PNDR propor como diretrizes ou eixos temáticos: 1) critério de elegibilidade e tipologia; 2) Governança, diálogo federativo e participação social; 3) Mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional; 4) Desenvolvimento regional sustentável - vertente produtiva, vertente educação, vertente da ciência, tecnologia e inovação; e 5) Infraestrutura e desenvolvimento regional (BRASIL-MI, 2012).

As diretrizes centrais que orientaram essa política foram o Mapa da Elegibilidade da Política, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) (fonte de financiamento da PNDR) e um novo modelo de gestão pública, articulado pela promoção do diálogo entre sociedade civil e instituições governamentais. A taxonomia formulada segundo as variáveis rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita* dos municípios foi método para intervenção dessa política no território. O resultado foi a identificação de quatro grupos

⁷ Em 2012, em um segundo round, o Ministério de Integração Nacional e a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional apresentaram a segunda versão para discussão da Política Nacional, denominada PNDR – fase II.

formados por sub-regiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e baixa renda (BRASIL-MI, 2005a).

Diante desse quadro, a PNDR estabeleceu como diretrizes para a sua atuação:

a) Participação social e empoderamento de atores nos territórios – o protagonismo compartilhado é uma das premissas estabelecidas pelo novo paradigma de desenvolvimento regional no Brasil, sendo o controle social e a participação coletiva fatores indissociáveis da nova estratégia; b) Integração dos entes governamentais e de atores representativos dos territórios (governos, sociedade civil em geral, iniciativa privada etc.) [...]; c) Soluções apropriadas para cada tipo de território – definidas a partir da história, da dinâmica, da realidade, da inserção econômica e social e de outras características regionais. Não existe solução única para o desenvolvimento regional brasileiro (BRASIL-MI, 2010, p. 76/77).

A tipologia da PNDR considera prioritário programas regionais nos espaços prioritários que conciliam sub-regiões em estado de vulnerabilidade ou faixa de fronteira. No caso das sub-regiões Grande Dourados e Fronteira Sul foram denominadas como a faixa de transição da fronteira, das cidades gêmeas Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, para o Brasil, considerada estratégica.

A PNDR apresentou como proposta de financiamento das suas medidas a criação do FNDR, que seria composto de 3,11% da arrecadação do imposto de renda (IR), imposto sobre produtos industrializados (IPI), e imposto sobre operações com bens e prestação de serviços. O objetivo desse fundo era ampliar os recursos destinados ao setor produtivo em infraestrutura às atividades de pesquisa e desenvolvimento para fortalecer a infraestrutura tecnológica, o que poderia garantir a expansão da produtividade e melhores condições de emprego aos trabalhadores das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A reprovação do FNDR pela Câmara dos Deputados contingenciou a atuação da PNDR no território brasileiro (BRASIL-MI, 2010, p. 85).

A PNDR formulou três planos macrorregionais direcionados as regiões Norte, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a região Nordeste, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE), e região Centro-Oeste, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO). Para as sub-regiões elegidas pela política como estratégicas e prioritárias, foram formulados o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA). A justificativa para denominar essas sub-regiões como prioritárias foi o alto índice de pobreza avaliado no Semiárido e a importância estratégica na integração econômica sul-americana na Faixa de Fronteira (BRASIL-MI, 2005a).

A estratégia do desenvolvimento do PDCO foi promover uma reorientação do estilo de desenvolvimento, embasado pelos objetivos: 1. Conservação dos ecossistemas; 2. Redução das desigualdades; 3. Ampliação das portas de entrada e oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade; 4. Elevação do nível de escolaridade e eliminação da taxa de analfabetismo; 5. Aumento da competitividade econômica regional e consolidação de polo exportador; 6. Criação de territórios formadores de inovação na economia regional com capilarização de recursos financeiros para pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores; 7. Desenvolvimento de tecnologias limpas e sustentáveis; 8. Integração dos territórios e unidades federativas do Centro-Oeste, com o propósito de redução das desigualdades intrarregionais por intermédio de dinamismo e de nível de renda, e formação de uma rede de cidades integradas e hierarquizadas; 9. Integração físico-territorial do Centro-Oeste com o Brasil e América do Sul, buscando ampliar as redes para potencializar o comércio inter-nacional; 10. Diversificação produtiva para evitar a concentração da pauta exportadora somente no agronegócio; 11. Ampliação da agregação de valor da produção primária regional; 12. Aumento da capacidade de gestão do setor público regional, baseada no aprimoramento da eficiência e da eficácia da aplicação dos recursos públicos (BRASIL-MI, 2007).

Os seis vetores estratégicos para o desenvolvimento apresentados pelo PDCO podem ser elencados em:

Democratização e Melhoria da Gestão Pública, para aumentar a eficácia dos programas e projetos de desenvolvimento regionais e assegurar os seus resultados efetivos na mudança da realidade regional. Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente, para assegurar a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia. Melhoria da Educação e Fortalecimento do sistema de P&D, para aumentar as oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade, e contribuição para a competitividade regional, por meio do aumento do nível de escolaridade e da criação de um ambiente de inovação tecnológica. Ampliação da Infra-estrutura Social e Urbana. Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística, para aumentar a competitividade econômica regional, sua integração territorial interna. Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas, para reduzir a vulnerabilidade econômica e ampliar a agregação de valor à produção agropecuária regional (BRASIL-MI, 2007, p. 156/157, grifo meu).

Dentre os vetores apresentados pelo PDCO para região Centro-Oeste, destaco o 4, priorizou ampliação da rede de infraestrutura social, a valorização da diversidade cultural, cidadania e segurança pública e formação rede urbana. O plano posiciona como prioridade a valorização da diversidade cultural, as demandas plurais da população da região do Centro-

Oeste, combinado com a valorização da tradição e identidade da população tradicional (BRASIL-MI, 2007).

O fortalecimento da cultura regional além de abordar vários segmentos, destaco um deles, o da função que a universidade pública pode gerar no espaço em que está implementada e possui poderosa estratégia para empoderamento dos indivíduos, desencadeando um efeito multiescalar, isto é, que não se limita somente no município em que está localizada a universidade, mas em seu entorno geográfico. O intercâmbio entre as universidades sul-americanas é uma outra forma de valorizar a diversidade cultural, artística e formar uma identidade na faixa de fronteira dos países Brasil, Paraguai, Bolívia.

O vetor 4 priorizou em suas diretrizes a defesa dos direitos dos povos indígenas, formado por conselhos de direitos e de defesa dessa população, unificação da identidade e registro indígena como forma de identificação étnica, orientação das políticas públicas em educação, habitação e saúde direcionadas à população indígena e às minorias étnicas, de raças e de gênero, formatação de regras e medidas de defesa dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais como os quilombolas.

O PDCO, em 2007, havia calculado para o período 2007 a 2010, investimentos de R\$ 147,34 bilhões de reais (Formação Bruta de Capital Fixo), cerca de R\$ 35,83 bilhões de reais por ano. Neste mesmo período, os investimentos em vetores estratégicos contabilizaram R\$ 52 bilhões de reais, dentre estes, destacou-se o de “Melhoria da educação e fortalecimento do sistema de P&D” capitaneou R\$ 10.008 milhões, mais de 20% dos investimentos totais, ficou em segundo lugar no ranking de investimentos recebidos, enquanto o vetor “Diversificação e adensamento das cadeias produtivas” ficou em primeiro lugar, ao receber R\$ 28.630 milhões, mais de 50% do valor total. A educação foi posicionada pelo plano como prioritária em suas ações, mesmo que o segmento de cadeias produtivas tenha alcançado o primeiro lugar na recepção destes investimentos (BRASIL-MI, 2007, p. 189-190).

Complementa a organização da PNDR, os planos macrorregionais e estratégicos na região Centro-Oeste, o programa de Faixa de Fronteira denominado Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFFF), formulado pela Secretaria de Programas Regionais (SPR) vinculada ao Ministério da Integração. O PDFFF foi articulado sob as bases do desenvolvimento endógeno, enviesado pelo desafio de integração regional, articulado pela participação ativa da população local em fóruns que estimulem a formação de agenda de políticas públicas de acordo com as suas demandas.

O PDFF foi organizado sob quatro eixos. O primeiro é o fortalecimento institucional pavimentado pela organização de fóruns, comitês e reuniões dos atores locais em torno das suas demandas, sediadas pelas instâncias Grupo de Trabalho Interministerial, formação de planos, programas e iniciativas que combinem as demandas locais com a formação de políticas públicas. O segundo eixo é o do desenvolvimento econômico integrado, que articula os arranjos produtivos locais com a população transfronteiriça, com políticas públicas no estímulo à educação, vias logísticas que permitam a integração dos países vizinhos e a formulação de Planos Diretores Integrados. O terceiro eixo é o da cidadania, que prioriza a defesa dos direitos humanos, valorização da diversidade da cultura local, estímulos às ações de saúde e ensino bilíngue que permitam a inclusão sociocultural e econômica do indivíduo. O quarto eixo é do marco regulatório fomentado pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que apresenta como proposta a legislação mais abrangente e flexível para intensificação da união entre o Brasil e os países limítrofes na Faixa de Fronteira, com o objetivo de estreitar condições de cidadania e integração (BRASIL-MI 2005b).

As três linhas de ação do PDFF estão balizadas pela integração regional e internacional e o desenvolvimento sustentável: 1. Desenvolvimento integrado das sub-regiões de cidades-gêmeas; 2. Prioridade com o desenvolvimento das mesorregiões prioritárias; 3. Melhoria das condições socioeconômicas e de cidadania das sub-regiões na Faixa de Fronteira.

A regionalização da Faixa de Fronteira foi designada pelo Grupo RETIS⁸ da UFRJ da seguinte forma: em 3 Arcos de Fronteiras, o Norte, Central e Sul e 17 sub-regiões. O Arco Central é localizado na faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrange oito diferentes sub-regiões, demonstra diversidade cultural, socioeconômica e étnica da organização territorial.

As oito sub-regiões do Arco Central foram definidas segundo diferenças produtiva e identidade cultural: (VII) Madeira-Mamoré; (VIII) Fronteira do Guaporé; (IX) Chapada dos Parecis; (X) Alto Paraguai; (XI) Pantanal; (XII) Bodoquena; (XIII) Dourados; (XIV) Cone Sul-mato-grossense, os últimos quatro em Mato Grosso do Sul.

⁸ O Grupo Retis, formado por pesquisadores-doutores, doutorandos, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica, atua desde 1994 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, da FINEP, da FAPERJ e do CEPG/UFRJ e com a participação de pesquisadores associados de outras instituições. Fonte: Grupo Retis/UFRJ. Leia mais em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/#ixzz4kk5P7RGw>

Figura 1 – Arcos e as sub-regiões da Faixa de Fronteira



Fonte: BRASIL-MI, 2005b.

Segundo a definição da PDFF as sub-regiões XIII e XIV são consideradas as mais complexas e desafiadoras da Faixa de Fronteira e correspondem ao estado de Mato Grosso do Sul. Uma das principais problemáticas apresentadas por este programa é o narcotráfico e contrabandos diversos, o que apresenta altos índices de violência. A produtividade econômica está especializada em atividades agropecuárias como criação de gado de corte e leiteiro, cultivo de soja, mandioca. O agronegócio desponta como sua principal atividade econômica organizado pela produção de soja e mandioca para produção do amido. No Pantanal está a criação de gado bovino, ocupa os segmentos de corte e leiteiro, conjuntamente com o pólo turístico formado nesta área e representado pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena (BRASIL-MI 2005b).

As principais ações do PDFF foram combinadas ao Plano Plurianual 2008-2011 e estão elencadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Ações do PDFF para Faixa de Fronteira

Ação	Finalidade
Ação 6551 - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira	Estímulos aos empreendimentos locais buscando impulsionar pequenos e médios produtores para a inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Ação 6552 - Organização Social e Associativismo na Faixa de Fronteira	Priorizar a organização social de atores, balizada pela gestão e combinação de sinergia de ações, para a identificação e o encaminhamento de demandas, por intermédio da formação de capital social, envolvendo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. O associativismo e cooperativismo são centrais para o desenvolvimento da organização social e produtiva nos municípios da Faixa de Fronteira.
Ação 6553 - Apoio à Implantação da Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	Implementação de infraestrutura social e produtiva para amparar e potencializar as economias locais ou regionais e principalmente melhorar a qualidade de vida da população residente na Faixa de Fronteira.
Ação 6565 - Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos na Faixa de Fronteira	Organização das comunidades dos municípios da Faixa de Fronteira para a formação de nichos produtivos e a sua inserção no mercado.
Ação 6593 - Formação de Agentes para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Faixa de Fronteira	Formação de capital humano por intermédio da concessão de ensino superior público para a ampliação da qualidade da mão de obra e principalmente para o desenvolvimento e a difusão de informação e tecnologia.

Fonte: BRASIL-MI 2005b, p. 46-47.

A seguir apresentamos a percepção de território do governo estadual do Mato Grosso do Sul, intermediado pela Semade, que formulou o seu diagnóstico e regionalização desta unidade federativa.

4. A regionalização da Semade para os territórios da Grande Dourados e Faixa Fronteira Sul

O documento *Estudo de Dimensão Territorial* pelo Semade, em 2015, apresenta a regionalização do estado de Mato Grosso do Sul balizada pelos critérios de polarização e inércia econômica exercida pelo município em seu entorno, considerou os eixos de ligação e as relações de influência e dependência existente entre os municípios polos e os que estão sobre sua influência econômica (SEMADE, 2015).

O documento referido definiu a unidade federativa do Mato Grosso do Sul em nove regiões de planejamento que abrangem setenta e nove municípios. A equipe técnica da Semade buscou aplicar em seus estudos de planejamento do território sul-matogrossense as

principais teorias de regionalização, quais sejam, a teoria da homogeneidade, a teoria dos polos de liderança regional e a teoria das regiões de planejamento.

A Semade realizou o diagnóstico das nove regiões de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, como critério de definição destes territórios utilizou a dinâmica inter-regional a logística de mobilidade rodoviária, considerou as rodovias federais BR 163, BR 262 e BR 267 que interligam o estado nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Mais do que isso, por intermédio da capilaridade desta logística de mobilidade pode ser possível apreender o impacto das políticas públicas mediante a conexão dos municípios e das demandas por serviços da população como saúde e educação, e o empuxo econômico entre as regiões do Mato Grosso do Sul (SEMADE, 2015).

Foi identificado pela Semade (2015a) que o Mato Grosso do Sul possui o fenômeno de polarização econômica e demográfica em poucos municípios, o que apresenta um quadro de diagnóstico formado pelas desigualdades intra-regionais. Segundo os dados apresentados pela secretária supracitada,

Além da elevada concentração populacional em poucos municípios, apresenta grandes vazios demográficos ao longo de seu espaço geográfico, principalmente se levarmos em consideração que 55,12% do seu território têm uma ocupação demográfica abaixo de 3,0 hab/km², muito inferior à média estadual de 7,24 hab/km² que já é considerada baixa, se comparada à densidade demográfica de alguns estados vizinhos [...] A participação na formação do Produto Interno Bruto-PIB dos municípios no Estado, os dados mostram que as seis maiores economias municipais em 2012 eram detentoras de 58,24% da riqueza gerada no Estado. Já os 54 municípios menores economicamente avaliados pelos resultados do PIB contribuíram com 18,26% na formação econômica de Mato Grosso do Sul. O conjunto desses 54 municípios detinham 25,30% da população estadual (SEMADE, 2015, p. 12/13).

Para Semade (2015) o principal objetivo da regionalização do Mato Grosso do Sul é a formulação de políticas públicas, por meio de programas, planos ou projetos, mediante o diagnóstico plural que forma esta unidade federativa, combinando a focalização de políticas setoriais com os problemas heterógenos das regiões de planejamento.

A tradicional metodologia de divisão do Brasil em macrorregiões foi revisada pelo IBGE, organizada pelos trabalhos *Regiões Funcionais Urbanas*, de 1972, revisto e ampliado sob a título *Regiões de Influência das Cidades*, em 1987. Mas, foi em 1990 que o IBGE apresentou novos subsídios metodológicos para repensar a organização territorial do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas, balizadas por dois critérios: homogeneidade e interdependência na divisão do espaço regional. A denominação de interdependência assumiu

a ideia de áreas de influência urbana que podem orientar a refinamento de políticas públicas aos municípios ao compreender o campo de inércia dos centros polarizadores em relação ao seu entorno (SEMADE, 2015).

A Semade (2015) sob os critérios referidos organizou a regionalização com as nove regiões de desenvolvimento do Mato Grosso Sul. Nela, Campo Grande foi posicionado como maior centro urbano e econômico do Estado, ocupou na hierarquização urbana o campo de maior influência sob as demais regiões, no que se refere a atração demográfica e atendimento de demandas de bens e serviços do seu entorno. Em seguida, para a Semade, os municípios Dourados, Corumbá e Três Lagoas ocuparam a posição de sub-polos regionais. A base da hierarquização urbana proposta pela Semade é formada por pequenos centros urbanos Naviraí (região Cone Sul), Ponta Porã (região Sul-Fronteira), Jardim (região Sudoeste), São Gabriel do Oeste (região Norte) e Nova Andradina (região Leste).

Figura 2 – Regiões de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul



Fonte: Semade, 2015.

A região de desenvolvimento da Grande Dourados se destaca pela produção de grãos. Em 2013, representou 36,4% do volume colhido pelo estado de Mato Grosso do Sul, possui a

cultura do cultivo de soja com 1,9 milhões de toneladas, milho com 3 milhões de toneladas e cana-de-açúcar com 14,2 milhões. Complementa as atividades econômicas a bovinocultura de corte com capacidade de exportação aliada a avicultura e a ovinocultura. O seu setor industrial faz parte da cadeia produtiva oriunda da produção de grãos, com destaque para o esmagamento de soja, álcool e abate de animais. O município de Dourados ocupa o epicentro nesta rede urbana que conecta os outros dez municípios, como polo industrial, comercial e de serviços da região (SEMADE, 2015, p. 29).

A faixa de fronteira entre os municípios do Mato Grosso do Sul com os do Paraguai apresenta fortes relacionamento comercial entre Ponta Porã e Pero Juan Cabellero, traduzida na influência e miscigenação da cultura paraguaia, culinária guarani. A identidade cultural do território é formada pelas famílias em assentamento, aldeias indígenas, o que contribui para uma das menores taxas de urbanização, 69,51%, enquanto a média de Mato Grosso do Sul é de 85,64% (SEMADE, 2015).

As atividades econômicas estão concentradas na produção rural, destacando a produção de soja e milho em Ponta Porã, Aral Moreira e Laguna Carapã. A erva-mate é considerada uma atividade cultural e econômica complementar para a economia local. A produção de ervas é realizada em Amambai, Ponta Porã e Tacuru, destinadas para indústria de chá. A pecuária bovina, suínos e aves de corte é apontada como importantes atividades econômicas e sua concentração está nos municípios de Amambai, Tacuru, Ponta Porã, Caarapó e Dourados. A atividade industrial é baixa e está ligada à indústria frigorífica e Ponta Porã é o maior polo econômico e demográfico da Fronteira Sul (SEMADE, 2015).

5. Conclusão

Neste artigo foi apresentada, não por acaso, a PNDR e os seus planos para a região Centro-Oeste, que sejam PDCO e PDFF, conjugados com o documento do Semade *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: regiões de planejamento* apresentando duas diferentes metodologias de regionalização do território, mas que podem se complementar. A ideia de combinar estas diferentes percepções é apresentar que o estado do Mato do Grosso do Sul e as subregiões da Grande Dourados e da Fronteira Sul não é um território homogêneo, pelo contrário, podemos neste caso aplicar o conceito de heterogeneidades estruturais de Tania Bacela de Araújo (2000), ao se referir a várias dinâmicas dentro de uma região, estado e até mesmo município.

Os documentos referidos colaboram para cotejar diferentes percepções de desenvolvimento em relação aos programas de desenvolvimento regional desenvolvimentistas, e mais do que isso, embora exista uma longa trajetória de políticas de desenvolvimento regional para o Centro-Oeste permaneceu o quadro de desigualdades sociais, tencionada em polos urbanos com forte dinâmica econômica e municípios que orbitam ao seu redor, porém, a deriva, sem planejamento estratégico para o seu desenvolvimento. Novamente, podemos associar a tese de Wilson Cano (2007) sobre o fenômeno de desconcentração industrial para o caso do Centro-Oeste, sendo elegidas pelos investimentos a melhor localização e é nesse sentido que reprisamos o fenômeno citado autor supracitado, de concentração de investimentos nos polos produtivos, e de ausência de planejamento do Estado para mobilizar estes investimentos e gestar o desenvolvimento, o que contrária o conceito de *efeitos germinativos* de Hirschman (1961), de espraiamento de investimentos em setores estratégicos para as localidades vizinhas.

No caso da região da Grande Dourados assistimos que os polos agropecuários impulsionaram a dinâmica local, regional e nacional, porém, sem impactar positivamente as assimetrias sociais, o que aprofundou este vazio de ações do Estado e coibiu em desigualdades sociais. Os estudos da PNDR, PDCO e PDFF propuseram diretrizes afim de chacoalhar os territórios com medidas que combinaram estímulo as cadeias produtivas locais e medidas de inclusão social. Dentre estas medidas de inclusão social, cito o incentivo à formação de fóruns de participação popular junto com representantes do poder executivo local e federal, e a principal delas, a de oferta de educação com viés para o empoderamento da população, que seja a instalação no território de universidades públicas federais capazes de contemplar a demanda da população pelo ensino superior gratuito com as capacidades locais de desenvolvimento.

Porém, não houve consenso político entre o Poder Executivo e Legislativo da instância federal, e com os governos estaduais, desalinhando as diretrizes que poderiam dar sustentabilidade e autonomia da PNDR emplacar uma Política de desenvolvimento regional para o Brasil, cito a não aprovação do FNDR e da atuação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional formada por representantes estaduais.

De acordo com Brandão (2014) vários aspectos da política regional não avançaram, dentre eles, a reprovação do FNDR e a temática não foi prioridade na agenda governamental. Porém, avançaram programas de transferência de renda, crescimento do emprego, valorização

do salário mínimo, expansão do crédito para o consumo, expansão do Ensino Superior, impactou na redução dos índices de vulnerabilidade social.

Para Araújo (2007), o FNDR desempenharia um poderoso instrumento para o desenvolvimento regional, pois, por intermédio dele, seriam balizadas as metas para a redução das desigualdades regionais. A sua execução seria providenciada por recursos federais, estaduais e privados, ficando os Comitês Regionais responsáveis pela sua gestão. Portanto, para a autora supracitada, o FNDR poderia reunir recursos e destiná-los às ações definidas como fundamentais pelo Conselho Nacional de Políticas Regionais.

A ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional não permitiu formular o planejamento a longo prazo e cedeu espaço aos programas como o PAC, o BNDES para o desenvolvimento regional, porém, o seu campo de atuação é limitado, pois os investimentos estão orientados para áreas de dinamismo econômico, o que influencia a absorção de recursos pelos polos de dinamismo, comprometendo a isonomia federativa.

Na ausência da política de desenvolvimento regional e de uma política social a universidade federal pública emergiu como uma alternativa para a redução das assimetrias regionais e sociais, por conta disso, o programa REUNI investiu-se de tamanha capacidade para realizar transformações no cenário social brasileiro. A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) apresenta as diretrizes do PDE e REUNI e prioriza medidas que dialoga com a pluralidade formada por diferentes identidades do território da Grande Dourados com medidas de ações afirmativas, dando resguardo às populações tradicionais (quilombolas), do movimento sem-terra, população indígena de diferentes etnias, brasiguaios, negros e população de baixa renda.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: Diniz, Clélio Campolina (org). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 2007.

ABREU, Silvana. *Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense contexto, propósito e contradições*. Tese apresentada ao Departamento de Geografia de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BRANDÃO, Carlos. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 2, p. 339-344, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Brasília. Agosto, 2005a.

____. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília, MI/SPR, 2005b. 415 p. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>>

____. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007–2020)*. SUDECO. Brasília, 2007. Disponível em www.sudeco.gov.br

____. *A PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010*. Brasília, DF: 2010.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. (1981). Campinas, SP: UNESP, 2007.

GALVÃO, A. C. F. *A Política Brasileira de Desenvolvimento Regional e o ordenamento territorial*. In: Diniz, C. C. (org). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 2007.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. (1958). Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1961.

LEME, H. C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. BRANDÃO, A. C.; GONÇALVES, M. F; GALVÃO, A. C. São Paulo: Editora Unesp. ANPUR, 2003.

PAVÃO, Eugênio da Silva. *Formação, Estrutura e dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da Economia Brasileira*. Dissertação. Florianópolis, UFSC, Centro Sócio- Econômico, 2005.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*. Campo Grande, Janeiro de 2015.

STEINBERGER, Marília. O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileira: uma análise geopolítica. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. BRANDÃO, A. C.; GONÇALVES, M. F; GALVÃO, A. C. São Paulo: Editora Unesp. ANPUR, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. *Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Recife, 1959.

____. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.